

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

OCIDENTE – IMAGENS E FRONTEIRAS DA EUROPA
E DA CULTURA OCIDENTAL (1938-1948)

Ideias de Europa: Que Fronteiras?

Coimbra

2004



OCIDENTE – IMAGENS E FRONTEIRAS DA EUROPA E DA CULTURA OCIDENTAL (1938-1948)

Maria da Conceição Meireles Pereira

“... esta Europa não se define por estritos limites geográficos, de certo modo de fora, com grande reforço de mares, e montanhas, de rios e lagos, define-se de dentro pelas suas próprias manifestações, pelas grandes correntes que não cessam de a atravessar e desde há muito tempo: correntes políticas, correntes económicas, correntes intelectuais, científicas, artísticas, correntes espirituais e religiosas”.

(FEBVRE, Lucien – *A Europa. Génese de uma Civilização*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 26)

Introdução: a Revista e seu Editorial

Ocidente foi uma das principais revistas culturais do Estado Novo do qual reflectiu as linhas ideológico-políticas dominantes. Fundada em Lisboa, em Maio de 1938, teve na sua direcção dois nomes maiores do periodismo cultural português da época, primeiro Manuel Múrias e, pouco depois, Álvaro Pinto que, desde o início, esteve ligado a esta revista mensal como redactor-gerente, editor e proprietário¹. Analisando a primeira década desta publicação (que, embora com periodicidade muito irregular, manteve o título até 1995), o presente estudo visa inferir as imagens, representações e fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental plasmadas nos numerosos textos aí reunidos. O período cronológico em apreço abarca, a nível interno, a consolidação das instituições mais relevantes do Estado Novo e, na dimensão externa, o último ano do conflito civil espanhol, a 2ª guerra mundial e os primórdios da nova ordem internacional do pós-guerra².

Como seria previsível, o editorial redigido pelo director Manuel Múrias espelha as suas próprias convicções ideológico-doutrinárias e apresenta as

¹ PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Grifo, vol. 2, 1º tomo, 1999, pp. 328-341.

² OLIVEIRA, César de – *A Evolução Política* in “Nova História de Portugal”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 12, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, pp. 21-85.

traves mestras de orientação da revista, intitulado-se, sugestivamente, *Cabo da Boa Esperança*. Todavia, antes de dilucidar o nome do texto, compreenda-se como ele, já no seu final, explica o nome da revista:

“*Ocidente*: não um termo da nomenclatura geográfica; uma expressão de cultura.

Por isso, o próprio título *é já um programa*: queremos erguer aqui a trincheira nova em que os fundamentos da cultura ocidental, da civilização ocidental encontrem de novo quem os defina e quem os defenda.

Sejam quais forem os destinos que aguardem *Ocidente*, o que nos interessa é que nêle encontrem lar propício ao desenvolvimento de tudo o que representa valor de cultura ocidental, quantos na hora perturbada e perturbadora que passa – *não estão dispostos a atraiçoar*.”³

Assim, o título constituía um programa que pugnava pela intransigente redefinição e defesa dos fundamentos da cultura e civilização ocidentais num momento de crise iniludível; saliente-se a opção pelo vocábulo de conotação religiosa “Ocidente”, historicamente entendido como “Cristandade Ocidental”, em detrimento da palavra laica “Europa”. É também frequente o conceito de “Civilização” que, sobretudo desde as Luzes, se contrapunha a “Barbárie”, encetando-se então o interminável e polémico debate sobre os limites da Europa/Civilização consubstanciando o oriente a alteridade aos valores da cultura ocidental. Nesta reflexão inscreve-se a pouco consensual tese “ocidentalocêntrica” de Samuel P. Huntington resumida na expressão “choque de civilizações”. O século XX cavou mais fundo este confronto, assumindo o leste europeu a conotação ideológica de marxismo ou bolchevismo, doutrinas, aliás, recorrentemente anatimizadas nas páginas do *Ocidente*. Na opinião de Canavarro de Valladares, o dilema da Europa de então punha-se nestes termos: “ou Civilização Cristã ou Barbaria Marxista”⁴.

Como se disse, este periódico e desde logo o seu editorial, reclama a redefinição da Civilização Ocidental; isto é, Portugal não se revia na Europa (ou, pelo menos, em certa Europa), a do liberalismo, da mundanidade, das incompreensíveis liberdades. Daí que Manuel Múrias considere que o país, após os maiores desvarios e tormentas, tenha enfim dobrado o Cabo da

³ MÚRIAS, Manuel – *Cabo da Boa Esperança*. “Ocidente”, Lisboa, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, p. 12.

⁴ VALLADARES, António Canavarro de – *Europa Actual (Ensaio sobre a Crise da Civilização Cristã)*, Braga, Pax, 1937, p. 247.

Boa Esperança, podendo, avistar-se “*de novo a Índia dos nossos sonhos!*” pela via da Revolução Nacional que consistia em “retomar os rumos abandonados”, “retomar mais longe” os elos com o passado, buscar “razões novas” e impô-las aos homens, mesmo que estes as não compreendam. A História conferia ao país esta autoridade espiritual sobre a Europa, numa dialéctica passado/presente:

“Pode ter-se razão contra todos e já não é a primeira vez que tal sucede a Portugal.

Há quatro, há três séculos muitos julgaram que a não tínhamos, só porque o nosso pensamento e a nossa acção estavam longe de se nortearem pela acção e pelo pensamento da Europa.

E contudo, não custa muito reconhecer que Portugal teve então razão contra a Europa (...)

Então nos acusaram, como sempre, de não sermos europeus, porque, nessa hora, de facto voltámos costas à Europa – deliberadamente, orgulhosamente: é que, antes de nenhum outro povo, a nossa aspiração abrangia o mundo inteiro.

Portugal criara-se e crescera alimentado pela Civilização que, em mais de mil anos, dolorosamente, laboriosamente, a Igreja construíra”⁵.

Estas declarações evidenciam a subtracção de Portugal às lutas religiosas e a “sua grande missão providencial” consubstanciada na gesta dos descobrimentos e colonização, isto é, “espalhar no mundo a civilização ocidental” num momento em que “a Europa a atraçoava, dilacerando a Cristandade e começando, ao grito de Lutero, a crise moral e espiritual em que nos debatemos ainda”. Então, Portugal não se isolava, antes “cravava a Cruz da Redenção (...) em tôdas as encruzilhadas dos caminhos marítimos (...) e ensaiava na África, na América, na Ásia a maior experiência de elevar todos os homens, sem distinção de raças ou de côr, aos mais altos níveis da cultura e da civilização”.

Múrias adopta esta visão hiperbólica da missão de Portugal na história da civilização mas circunscreve-a a um dado período temporal (mais ou menos entre meados de Quatrocentos e primeira metade de Setecentos) já que, na sua opinião, o mal sobreveio quando Portugal se arrependeu de ser ele próprio, diferente dos outros europeus, e acreditou na “lenda negra” que “a Europa protestantizada e a judiaria capitalista foram tecendo em

⁵ MÚRIAS, Manuel – *Cabo da Boa Esperança*. “Ocidente”, Lisboa, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, pp. 5-6.

volta da sua acção incomparável”. Aponta Verney e Pombal como vultos que desviaram Portugal do seu caminho e, à boa maneira do revisionismo histórico de inspiração integralista, apresenta o século XIX e o liberalismo como “uma ilusão espantosa que passou espalhando ruínas”⁶. Mas, pese embora a pesada herança racionalista e demoliberal, alguns vultos maiores da cultura portuguesa oitocentista, no fim da vida, reviram, julgaram e condenaram as “ideias madres”, rasgaram as obras passadas e, “sòsinhos e desprezados” descobriram a salvação: Oliveira Martins redigiu os esparsos; Eça, a vida dos Santos; Fialho, *Saibam Quantos*; Ramalho, *Carta a um Novo*. Esta dolorosa purgação das ideias e das instituições alcançou finalmente a verdade; o seu arauto, na óptica de Múrias, foi António Sardinha cuja voz “clara e vibrante os chamou a novo preceptorado, em que se confessava o Verbo no princípio de todas as coisas e a Cruz, signo Verdadeiro do Ocidente, se erguia sôbre a Terra e sôbre as almas num renovado louvor a Deus e à Pátria”⁷.

Sardinha é, incontestavelmente, a grande inspiração ideológica desta publicação, apresentado como o grande doutrinador nacionalista e apóstolo do tradicionalismo que maior influência política e intelectual exerceu na geração seguinte, começando-se “agora a prestar justiça ao político clarividente, ao patriota insigne”⁸. Também é visível a ascendência intelectual de Carlos Malheiro Dias cuja detracção esta revista procura contrariar⁹. Já o pensador estrangeiro cujo magistério mais se reflecte nas páginas do *Ocidente* é Eugénio d’Ors, inclusivamente citado no texto introdutório de Múrias. Para concluir a análise desse mesmo texto, refira-se que não faltam ainda a exautoração das falsas soluções para a crise dos tempos modernos de que o marxismo era epítome e a definição do Estado ideal que, necessariamente, estabelece os limites dos homens e o exercício da sua liberdade moral e profissional ou, “para dizer melhor, corporativa”¹⁰.

⁶ MÚRIAS, Manuel – *Cabo da Boa Esperança*. “Ocidente”, Lisboa, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, p. 10.

⁷ MÚRIAS, Manuel – *Cabo da Boa Esperança*. “Ocidente”, Lisboa, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, p. 11.

⁸ R. C. – *António Sardinha*. “Ocidente”, vol. 10, nº 29, Setembro de 1940, p. 413. As iniciais do autor referem-se a Rodrigues Cavalheiro que escreveu ainda, na secção “Sob a Invocação de Clio”, *Recordando Sardinha*, “Ocidente”, vol. 18, nº 53, Setembro de 1942, p. 81-82. De Álvaro Pinto, na secção “Notas e Comentários”, publicou-se o texto *António Sardinha*, “Ocidente”, vol. 19, nº 57, Janeiro de 1943, p. 110-111.

⁹ Por exemplo, no primeiro número, logo a seguir ao editorial, em nota de fim de página, é transcrito um excerto de Malheiro Dias que defende o conceito de liberdade como “um estado social criado por um conjunto de regalias garantidas pela lei, e vigiadas pela justiça” e condena a “soberania da multidão” (“Ocidente”, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, p. 12).

¹⁰ MÚRIAS, Manuel – *Cabo da Boa Esperança*. “Ocidente”, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, p. 9.

Como se vê, o editorial apresenta um programa onde se condensam os grandes princípios orientadores que se interpenetram ao longo dos diferentes textos da revista:

1. A natureza singular de Portugal no panorama europeu já que, assumindo-se defensor dos verdadeiros princípios da cultura ocidental, o país arroga-se uma autoridade moral e espiritual sobre a Europa, nomeadamente sobre os países de tradição liberal. Aliás, as representações destes países são reduzidas e, quando existem, plasmam-se num contraste que realça a supremacia dos valores portugueses reencontrados e apurados na Revolução Nacional iniciada em 1926. Em complemento, as simpatias definem-se, pelo menos enquanto os destinos da guerra permitem, pelos países de regime autoritário: a Espanha, a Itália, a Alemanha.
2. Nacionalismo exacerbado assente na convicção da excelência e tradição da Nação e seu Povo, bem como na superioridade da sua cultura de índole espiritual e anti-materialista, reflectido nas grandes secções culturais de estudos de História (preferencialmente sobre temáticas expansionistas e seiscentistas); Literatura e Musicologia; Etnografia e Folclore; Arte e Património; etc. Por outro lado, é evidente a aversão ao internacionalismo e cosmopolitismo intelectuais, encarando-se as influências estrangeiras como agentes “desnacionalizadores” da cultura lusa.
3. Imperialismo colonial baseado na crença da missão providencial de Portugal como difusor da cultura ocidental no mundo, nomeadamente na América, na África e no Oriente. Neste sentido, as fronteiras de Europa (entendida no sentido cultural lato) alargam-se àqueles continentes (sobretudo africano e americano), vistos como verdadeiros prolongamentos europeus porque subsidiários da sua matriz cultural. Neste contexto, o Brasil surge como o exemplo mais relevante dessa continuidade do Ocidente em terras americanas, pugnando-se veemente pelo intercâmbio cultural luso-brasileiro; paralelamente, verifica-se a reiteração da inalienável soberania portuguesa aos territórios ultramarinos.

Analisa-se, de seguida, estas três grandes linhas orientadoras do *Ocidente*.

1. Portugal e a(s) Europa(s)

Deve realçar-se, à partida, a inequívoca adesão desta revista cultural à política do Estado Novo, nas suas diversas vertentes: corporativa, nacionalista, autoritária. Tal apologia ressalta em espaços cuja função exclusiva é a propaganda do regime. Isto é, sem qualquer título ou periodicidade definidos, são publicados excertos de discursos de Salazar precedidos de comentários profundamente elogiosos, surgem notas de fim de página com as suas frases mais significativas, incluem-se retratos ou estudos plásticos do Presidente do Conselho. Embora com menor frequência, o mesmo tratamento é conferido ao múnus presidencial de Óscar Carmona. Complementarmente, na secção final constituída por pequenos apontamentos e notícias, são encomiasticamente referidos feitos e figuras do regime, Salazar à cabeça, mas também outros, como António Ferro, cuja “Política do Espírito” é defendida na generalidade mas, por vezes, criticada em acções específicas.

Este posicionamento ideológico do *Ocidente*, aliado à execração do marxismo, explica a vigilância constante no decurso da Guerra Civil Espanhola, particularmente comentada na secção “Panorama Internacional” da autoria de Correia Marques, denotando uma evidente simpatia por Franco – cujas personalidade e acção são exalçadas – e a aversão pela facção republicana que identifica com a barbárie e se recusa a reconhecer como espanhola porque serventuária da U.R.S.S. e integradora de elementos russos, franceses e variada “escumalha de todo o mundo”¹¹. Neste contexto, Londres e Paris são responsabilizadas pela internacionalização do conflito espanhol. Ao longo do ano de 1938, verdadeiramente sentido como prenúncio de sobressalto e desmoronamento à escala mundial, esta mesma secção da revista testemunhava o “alinhamento” do país. Criticava-se a aproximação recíproca da Inglaterra e da França bem como suas posições anti-italianas e simpatias republicanas em Espanha; isto é, afirmava-se claramente que “o ódio ao fascismo foi o móbil de certas potências” que não se importavam de incendiar o mundo para “salvar a todo o custo os marxistas, que encheram a Espanha de ruínas, de pavor e de crimes”¹². A propósito da visita dos monarcas britânicos a Paris para consolidação do seu entendimento, destacam-se certas passagens dos discursos de Lebrun e Jorge VI que

¹¹ MARQUES, Correia – *Panorama Internacional*. “Ocidente”, vol. 2, nº 4, Agosto de 1938, p. 130.

¹² MARQUES, Correia – *Panorama Internacional*. “Ocidente”, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, pp. 114-115.

evidenciavam a convergência nos princípios democráticos. O autor ironizava então sobre a nova e, a seus olhos, estranha aliança já que, depois dos brindes, “o Rei dormiu na cama de Napoleão, o Corso formidável, o maior inimigo que de França se levantou contra a Inglaterra, e a Rainha, na cama de Maria Antonieta, a desditosa e admirável Soberana que a Revolução, mãe da República, decapitou”¹³.

O desconforto face às concepções culturais e ideológicas francesas – inexoravelmente vistas como jacobinas e revolucionárias – é uma dominante nos dois primeiros anos da publicação. Virgínia de Castro e Almeida, logo no primeiro número, defende que Paris era ainda o centro da Europa, mas um centro “doente, confuso, cansado, rabugento” e, sobretudo, estagnado, imobilizado e sem reacção. Isto porque, obcecada pela razão, a França podia ainda ter o domínio das ideias mas já não o do “Espírito”; faltava-lhe fé e inspiração. Por outro lado, surgiam dois povos – alemão e italiano – com originalidade e força para começarem a manufacturar as suas ideias que os franceses reputavam de mal acabadas e perigosas mas sem conseguir deter o declínio das suas próprias. Aliás, certa mercadoria ideológica francesa perdia gradualmente consumo:

“A marca francesa, tão afamada: *Liberté, Egalité, Fraternité* faliu catastróficamente”¹⁴.

A ordem internacional posterior à primeira grande guerra era alvo de remoques constantes: por um lado, anatematizava-se o império bolchevique e os perigos do seu contágio; por outro, vituperavam-se as decisões de Versalhes e a Sociedade das Nações cuja acção era vista como potencializadora de novos conflitos. Estes regimes representavam a submissão à máquina e ao capital, o domínio do espírito pela matéria, “a ilusão desgraçada do racionalismo utilitário dêste mundo mercantil moderno”. Por estes motivos, o coronel Leite de Magalhães explicava, sem hesitar:

“E eis a razão porque Portugal se arrenega quando ouve falar nos *Mandatos* da Sociedade das Nações ... ou de outras Sociedades em comandita!...

... É que o nosso *Mandato* é diferente: é o de Deus!”¹⁵

¹³ MARQUES, Correia – *Panorama Internacional*. “Ocidente”, vol. 2, nº 4, Agosto de 1938, p. 141.

¹⁴ ALMEIDA, Virgínia de Castro e – *Carta de Paris*. “Ocidente”, vol. 1, nº 1, Maio de 1938, pp. 50-52.

¹⁵ MAGALHÃES, Coronel Leite de – *A Espiritualidade na Colonização Portuguesa e o Materialismo das Modernas Concepções Coloniais*. (Conferência realizada na Casa de Entre-Douro-e-Minho, em 28-4-938) “Ocidente”, vol. 1, nº 2, Junho de 1938, p. 257.

Todavia, nem todas as críticas à política internacional europeia eram negativas. O *Anschluss* é apresentado como algo previsível (nomeadamente pela inviabilidade da Áustria como Estado autónomo já que pouco mais era do que “uma cadeia de montanhas com admirável condições para o turismo”), além de que fora alcançado sem sangue, facto que trazia ao nazismo um prestígio “colossal”. Assim, eram louvados dois estadistas que traçavam os destinos da Europa com surpreendente desenvoltura – Hitler e Mussolini – já que “êles são a acção. Os outros são o estacionamento”¹⁶.

Após uma visita à Alemanha, Correia Marques exarou as impressões da viagem no seu “Panorama Internacional”. Destacou o enorme prestígio do regime nazi resultante quer dos êxitos formidáveis da política externa, quer das realizações da política interna materializadas em extraordinárias obras públicas que suscitavam a confiança no governo que operava tamanhas transformações económicas. A questão religiosa não é omitida mas ingenuamente mitigada; sabendo o autor que, dos pontos de vista filosófico e doutrinário, a política alemã era contra a organização católica, fora-lhe assegurado no paço episcopal de Berlim que só um sector importante do partido nazista era anticatólico; complementarmente, uma conversa com austríacos católicos havia-lhe confirmado que também eles queriam a anexação.

Um ano depois, na secção “Pelo Mundo”, Álvaro Pinto elogia também a unidade alemã (“uma das mais homogêneas e tenazes das actuais nacionalidades”), as suas realizações no “sector da Alegria e do Trabalho, do Bem Estar e do Conforto”, bem como a sua importância e expansão cultural (literária, artística, científica) que provavam que a “unidade moral e de cultura existiu sempre”, cabendo a Hitler a “realização máxima do sonho alemão, a efectivação da idea eterna e vital da unidade alemã”¹⁷.

Todavia, todas estas opiniões vinham sendo apresentadas em forma de crónicas ou comentários noticiosos. O primeiro artigo do *Occidente* que de uma forma denodada apresenta os dois blocos europeus em irreductível antagonismo é o que abre o número de Março de 1939 e tem autoria do coronel Leite de Magalhães que escolheu para título *Democracias e Estados Totalitários*. No seguimento da conferência de Munique, este militar retalha a Europa em eixos de poder, defendendo que aquele convénio foi a vitória

¹⁶ MARQUES, Correia – *Panorama Internacional*. “Occidente”, vol.1, nº 1, Maio de 1938, pp. 117-119.

¹⁷ PINTO, Álvaro – *Pelo Mundo*. “Occidente”, vol. 6, nº 16, Agosto de 1939, p. 503-505. Algumas das suas afirmações pretendem resumir a Conferência do embaixador alemão realizada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, sob o título “A Unidade Alemã”.

retumbante do “eixo” Berlim-Roma sobre o “eixo” Paris-Moscovo fragilizado pelo desabar da Frente Popular em França que pretendia “a bolchevização do Ocidente Europeu”. Na óptica do autor, este segundo eixo convergia com outro pelo que acusava a “sanha diabólica das aguerridas hostes maçónico-judaico-socialistas do eixo Paris-Londres, donde há partido tôda a ofensiva causadora das angústias que a Europa vem padecendo”. Por sua vez, a este bloco juntou-se a voz agressiva de Roosevelt e seus acólitos, “encorajando as hordas que Estaline assoldadou e maneja contra os defensores da Civilização Cristã”¹⁸. Assim, foram as “*Democracias*” saídas das Sociedades das Nações, sempre cegas para “as grandes e permanentes verdades universais” que, ao castigarem as acções da Itália (Etiópia) e da Alemanha (Áustria), permitiram a “temerosa” coligação Berlim-Roma: “duas potências plêtoricas de energias, cujo ânimo se tempera para a luta pela mística fundada sôbre o amôr e o culto da pátria”¹⁹. Particularmente ácida é a crítica à França que acusa de se ter aliado à Rússia na guerra civil de Espanha visando uma “mais rápida subversão política e social da Europa”; esta situação justificava a necessidade italiana de elevar uma barreira mais poderosa no Mediterrâneo, haja em vista o seu ódio “à França traidora da Fé e da Civilização”. Assim, no tocante à natureza dos regimes, o Fascismo e o Nazismo eram ideologias anti-democráticas, no sentido em que as Democracias existentes eram regimes sem mística, sem fé, sem ideologia que dominasse os seus actos políticos, “anarquias de partidos barulhentos” representados “pelo voto inconsciente das multidões” e no seio das quais se conseguiu instalar uma mística perigosa, isto é, a do proletariado marxista. Por isso, quando se reivindicava a organização da frente das Democracias contra os Estados Totalitários, as ideologias em confronto mais não eram do que o Internacionalismo e o Nacionalismo, se bem que o único estado totalitário era a Rússia, enquanto a Alemanha e a Itália configuravam Estados Autoritários. Assim, o autor ironizava:

“Todavia, a Rússia – único fóco de incêndios perigosos para a Humanidade – não figura no index das nações temidas pelas *Democracias*. Pelo contrário: é ... colega.”²⁰

¹⁸ MAGALHÃES, Coronel Leite de – *Democracias e Estados Totalitários*. “Ocidente”, vol. 4, nº 11, Março de 1939, p. 361.

¹⁹ MAGALHÃES, Coronel Leite de – *Democracias e Estados Totalitários*. “Ocidente”, vol. 4, nº 11, Março de 1939, p. 362.

²⁰ MAGALHÃES, Coronel Leite de – *Democracias e Estados Totalitários*. “Ocidente”, vol. 4, nº 11, Março de 1939, p. 366.

No final do seu artigo, Leite de Magalhães não se exime de reflectir sobre a posição de Portugal no contexto bipolar europeu. Em oposição às *Democracias* que desconheciam as místicas criadoras de vontades firmes – Deus e Nação – a Itália, a Alemanha, Portugal e a Espanha conseguiram dominar as “fôrças-do-mal”. Que valores contrapunham estes regimes às democracias, quais as fronteiras ideológica, mental, histórica e temporal que os separava? O autor responde:

“Tudo reacções do espírito temperado pela fé das Igrejas e pelo culto do Mortos, contra a deformação e dissolução do carácter nacional pela acção tenebrosa das «celulas» e facções e seitas fanatizadas pelo apostolado da «deusa» Razão e da «santa Humanidade», – os ídolos do «internacionalismo destruidor»”²¹.

João de Castro Osório também precisou o significado do conceito “Democracia” no artigo *O Chefe do Govêrno Português e a Inglaterra*²² publicado poucos meses depois da eclosão da 2ª Guerra e, portanto, num contexto de revalidação da velha aliança luso-britânica. Segundo o autor, naquele país acreditou-se durante muito tempo no valor místico das palavras “Liberalismo” e “Democracia” mas, felizmente para ele, a sua fórmula poderia ser liberal mas não liberalista e não era, de forma alguma, uma democracia. Na sua óptica, o regime político inglês assentava num nacionalismo equilibrado, numa organização aristocrática do governo e num imperialismo nobre e respeitador das outras Nações. Pese embora as desconfianças e equívocos recíprocos do passado e do presente, havia que dar a conhecer à Inglaterra “o verdadeiro sentido do movimento português de recuperação nacionalista”, num momento em que “mais do que nunca a Aliança nos é mutuamente necessária”, e urgia ultrapassar “as momentâneas manifestações dispareas da nossa alma semelhante” e demonstrar as afinidades da acção histórica e da identidade do carácter nacional dos dois países, para se alicerçar, “também em bases psíquicas, uma aliança que a História indica como necessária”²³. Para compreenderem a pessoa do chefe do governo português, encontrariam os ingleses, na sua própria história, exemplos de

²¹ MAGALHÃES, Coronel Leite de – *Democracias e Estados Totalitários*. “Ocidente”, vol. 4, nº 11, Março de 1939, p. 367.

²² OSÓRIO, João de Castro – *O Chefe do Govêrno Português e a Inglaterra*. “Ocidente”, vol. 8, nº 21, Janeiro de 1940, pp. 162-171. Este artigo surge a propósito da representação de Salazar nos livros de António Ferro, *Salazar, Portugal and her leader* (Londres, Faber and Faber) e *Salazar Prime Minister of Portugal says* (Lisboa, SPN).

²³ OSÓRIO, João de Castro – *O Chefe do Govêrno Português e a Inglaterra*. “Ocidente”, vol. 8, nº 21, Janeiro de 1940, p. 171.

estadistas “de profunda vida interior que se manifesta na acção serena e persistente, forte e calma”²⁴.

A opção da neutralidade portuguesa no conflito mundial suscitou esta redefinição das representações dos países europeus; no caso concreto da Grã-Bretanha, com a qual se mantinha a mais velha e não menos polémica aliança da Europa, esses ajustamentos passaram pelo estratégico esbatimento das fronteiras que separavam os respectivos regimes políticos, a busca de contactos entre as duas evoluções políticas e mentais.

E a neutralidade assumida como orientação fundamental da política externa portuguesa durante o conflito mundial reflecte-se nitidamente na revista mensal *Ocidente*. Com efeito, os ecos da guerra não perpassam nas suas páginas à excepção da sempre reiterada “exemplar” neutralidade, do reforço de tropas em determinados pontos do império, e pouco mais. Desaparecem os elogios aos regimes italiano e alemão mas, ainda em finais de 1941, o anúncio às actualidades portuguesas difundidas pela emissora alemã de ondas curtas de Berlim era adornada com uma iconografia sugestiva: a legenda “A Alemanha Fala!” era encimada pela água que segurava nas garras uma coroa centrada pela cruz suástica²⁵. Nos números seguintes a imagem mudava e a água nazi dava lugar ao mais inócuo ex-libris berlinense, a Porta de Brandeburgo.

Quanto à sorte das armas ela só parecia não sorrir a um país: a U.R.S.S. Na secção “Notas e Comentários”, Álvaro Pinto dava conta do desabar próximo do comunismo, bolchevismo e estalinismo, com sub-títulos eloquentes: *As Vésperas do Fim; O Eclipse da Estrela Soviética; A Agonia do Bolchevismo*²⁶. Da Rússia só chegavam notícias de derrotas militares e crimes horrendos, afirmando-se que o comunismo era o “inimigo primordial da dignidade e civilização dos povos”²⁷.

E quando a nação mais amada pelo *Ocidente* – o Brasil – entra no conflito, a “solidariedade moral” evocada pela nota oficiosa do governo português é amplamente assimilada, porque as “dores do Brasil são as nossas dores” e, mais ainda, afirma-se que a “alma da América latina está

²⁴ OSÓRIO, João de Castro – *O Chefe do Governo Português e a Inglaterra*. “Ocidente”, vol. 8, nº 21, Janeiro de 1940, p. 171.

²⁵ *OCIDENTE*, vol. 15, nº 44, Dezembro de 1941, p. 474.

²⁶ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 15, nº 46, Fevereiro de 1942, pp. 280-281 e pp. 467-468; vol. 17, nº 52, Agosto de 1942, pp. 562-563.

²⁷ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 16, nº 48, Abril de 1942, p. 533.

na Península ibérica”²⁸. Assim expressa, esta ligação era até então inédita no *Ocidente*. Se o amplexo luso-brasileiro era recorrente em cada fascículo, as relações com Espanha não tinham qualquer visibilidade. Em bom rigor, após o conflito civil, a Espanha não passava de uma evocação histórica, na rubrica “Sob a invocação de Clio”, onde se publicavam abundantes notas sobre a história portuguesa de seiscentos e, conseqüentemente sobre a temática restauracionista. A promoção do intercâmbio económico, político e cultural com Espanha só emerge num novo contexto, isto é, após a formação do Bloco Peninsular, em 1942. Apesar de convicto da “Unidade Hispânica”, o *Ocidente* reconhecia que ela se havia quebrado e só muito recentemente iniciara o seu resgate, curiosamente não por imperativos internos mas por ameaças externas:

“Ressuscitou então nos dois países a velha comunidade espiritual da raça, na mesma ânsia de salvação e em igual ímpeto de ataque ao mesmo inimigo: o *comunismo*.”

Eram os primeiros passos na reintegração da Unidade hispânica nas suas bases seculares”²⁹.

Com efeito, e apesar do Convénio de Amizade e não Agressão ter sido celebrado entre os dois países em Março de 1939, só a partir do Pacto Ibérico de finais de 1942 é que a questão da harmonia peninsular surge plenamente nesta revista. Evoca-se então António Sardinha, aquele que depois de Oliveira Martins, “mais e melhor estudou as nossas relações com a Espanha, sob o ponto de vista duma sólida aliança que desse aos dois países da Península a nítida consciência dos seus destinos paralelos”³⁰. Sobre *O Bloco Peninsular* é publicado num só número um dos mais extensos estudos da revista (30 páginas), da autoria do catedrático Mendes Correia³¹ que convocou a sua erudição antropológica, histórica, política e geográfica para reflectir sobre o tema que introduziu desta forma:

“Não é uma simples hipérbole do jornalismo político dizer-se que o facto culminante da vida dos povos ibéricos nos últimos anos foi o entendimento, a comunidade de vistas, que se traduziu, em dezembro último, na constituição do Bloco Peninsular”.

²⁸ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 18, nº 53, Setembro de 1942, p. 117.

²⁹ *Portugal – Espanha ou a Constituição do Bloco Peninsular*, “Ocidente”, vol. 19, nº 57, Janeiro de 1943, p. 5.

³⁰ PINTO, Álvaro - *Notas e Comentários*. *António Sardinha*. “Ocidente”, vol. 19, nº 57, Janeiro de 1943, pp. 110-111.

³¹ CORRÊA, A. A. Mendes – *O Bloco Peninsular*. “Ocidente”, vol. 19, nº 59, Março de 1943, pp. 245-274.

Após esta clara afirmação da importância estratégica da nova aliança, o professor explica que se guiará por dois postulados fundamentais: por um lado, valores espirituais perenes e ecuménicos e, por outro, o bem e a independência da Pátria portuguesa. Assim, tenta desfazer as desconfianças seculares em relação à Espanha e os equívocos do iberismo, explicitando que não se tratava dum “imperialismo hispânico”, mas sim duma “cooperação na defesa das duas nações e no serviço de valores eternos”, não se tratava de monarquia ou federação ibéricas, antes um pacto que visava preservar a autonomia e patriotismo de dois países vizinhos, ambos neutros no conflito mundial.

É a partir de então que o *Ocidente* repercute os ecos da cooperação com Espanha, sublinha a necessidade da permuta e exposições livresas (evidenciando sempre as dificuldades da chegada do livro português a Espanha ao invés da maior facilidade da circulação do livro espanhol em Portugal), publicita as viagens de António Ferro ao país vizinho, as digressões de grupos artísticos como a Orquestra da Emissora Nacional, os congressos luso-espanhóis nos mais variados campos (história medieval, arquitectura e urbanismo, associações para o Progresso das Ciências), entre muitos outros³².

Ao aproximar-se o final do conflito mundial, e não sendo difícil determinar a coligação vitoriosa, as relações externas constituem o domínio da política em destaque no *Ocidente*. Neste contexto, sobressai um artigo de Marcelo Caetano, de Março de 1944³³ que, a propósito do 3º volume dos *Discursos e notas políticas* de Oliveira Salazar, pretende recapitular os tópicos orientadores do pensamento do presidente do Conselho nesse âmbito. Considerando que Portugal voltara a possuir directriz própria nas relações internacionais, Marcelo Caetano, que em matéria de política interna tinha sido uma voz crítica do salazarismo, realça seis princípios fundamentais:

- 1 - “A *neutralidade portuguesa a todo o transe na guerra mundial*” que realça ter sido definida após Munique, isto é, quase um ano antes da eclosão do conflito, não por razões egoístas ou cobardes mas porque urgia poupar o povo aos horrores da miséria e da destruição e preservar a Nação do aniquilamento e desonra. Não tendo Portugal “interêsse próprio e directo a defender” o seu contributo para o mundo seria manter-se em paz, fazendo “sobressair no meio do rancor

³² A título de exemplo, veja-se o artigo *Relações Culturais Luso-Espanholas*, “Ocidente”, vol. 24, nº 79, Novembro de 1943, pp. 259-260.

³³ CAETANO, Marcelo – *Um Pensamento em Acção. A Política Externa de Salazar*. “Ocidente”, vol. 22, nº 71, Março de 1944, pp. 233-240.

das lutas o sentimento generoso e desinteressado do Bem e solidariedade humana”.

- 2 - “*A aliança inglesa*”, pedra de toque da política de Salazar, concebida como “negócio de Estado e não fruto de simpatias de partido”, tendo em vista que “a situação do Império Britânico no mundo, a situação de Portugueses no Atlântico e em África são factores suficientes para nos imporem por tempo imprevisível a mesma colaboração de aliados”.
- 3 - “*A amizade peninsular*” já na mente do estadista antes da guerra civil espanhola, depois expressa antes do fim desse conflito como uma “amizade fraterna” ao governo do general Franco, entendendo a história das relações peninsulares, ora em conflito entre si ora em aliança contra terceiros, como “dois Estados irremovivelmente independentes; duas nações fraternalmente solidárias”, base da formação do bloco peninsular e criação da “zona de paz” na península.
- 4 - “*Solidariedade luso-brasileira*” vista como um “estreitamento constante e afectuoso” das relações com o Brasil, país ao qual, após a sua entrada na guerra, não faltou a afirmação e apoio moral da nação portuguesa.
- 5 - “*Oposição ao comunismo*” já que o Estado português, como “paladino da civilização latina e cristã (...) inabalavelmente fiel aos princípios eternos da sua herança moral”, recusa-se a estabelecer relações internacionais com Estados que não comunguem da mesma “moral tradicional” e “velhos princípios” que a Rússia havia renegado.
- 6 - “*Repúdio dos blocos ideológicos*” já que a política externa deve reger-se pelos “interesses profundos e permanentes das Nações” e não por “caprichos acidentais dos governos”. Assim, Marcelo Caetano desvalorizava a moderna tendência de antagonizar democracias e ditaduras, afirmando que as amizades diplomáticas nada tinham a ver com o regime dos Estados, isto é, “podemos e queremos ser sincera e francamente amigos da democracia liberal inglesa, da democracia anti-liberal brasileira ou do regime autoritário espanhol”.

O professor de Direito realçou ainda as teorias de Salazar sobre o após guerra, destacando as suas críticas ao internacionalismo, às organizações supra-nacionais e ao conceito perturbador de “cidadão do mundo”, advindo daí a sua pouca simpatia “pelas organizações que tendam a fazer reviver a Sociedade das Nações correcta e aumentada, ou a organizar o mundo na base de aglomerados regionais de pequenas potências na esfera de influência

das grandes potências dominantes”. A esta política externa de “largo alcance”, Caetano, que dali a poucos meses abraçava a pasta das colónias, acrescentava a necessidade de articulação com a política colonial para salvaguarda da harmonia do conjunto nacional, metrópole e ultramar, já que “a idéia da unidade de Portugal e suas colónias implica também a indissolubilidade dos interesses imperiais e dos interesses metropolitanos na vida internacional e a posição intransigente do Governo acêrca de tudo quanto vise atenuar ou enfraquecer os direitos da nossa soberania sobre territórios ultramarinos”.

2. Nacionalismo ou a Excelência da Nação e do Povo

O estudo dos temas e questões da cultura portuguesa domina, evidentemente, esta publicação. Daí a profusão de textos sobre historiografia, literatura, artes e património, etnografia e folclore, enfim, a demanda da originalidade da Nação Portuguesa, sempre assente nos pilares da boa tradição cristã e ocidental. A afirmação da autonomia portuguesa e a excelência dos seus valores civilizacionais é recorrente. Ao dissertar sobre *O Homem e a História*, Manuel Múrias explicava que a História de Portugal – cuja marca fundamental era a grandeza em virtude da inconfundível acção dos portugueses no mundo – não podia ser entendida à luz das ideias estrangeiras já que fora justamente a invasão do espírito estrangeiro que provocara os seus períodos de decadência³⁴.

Pela área de estudos que privilegiou, o professor Mendes Correia é um dos colaboradores do *Ocidente* que contribuiu para consolidar estas representações do Povo e da Nação. No artigo *Terra e Independência*³⁵ aborda o papel dos factores geográficos na génese e autonomia da Nação através de diversas teorias mais ou menos em confronto, quer portuguesas quer estrangeiras. Recusando o determinismo geográfico, admite a primazia do espiritual e do histórico mas afirma que o meio físico não deixa de influenciar uma comunidade nacional. Todavia, os seus objectivos iam mais longe. Explicar, por exemplo, que a moderna geografia política já não se preocupava em mostrar a justaposição entre acidentes fisiográficos e as

³⁴ MÚRIAS, Manuel – *O Homem e a História*. “Ocidente”, vol. 1, nº 2, Junho de 1938, pp. 177-183.
³⁵ CORRÊA, A. A. Mendes – *Terra e Independência*. “Ocidente”, vol. 2, nº 5, Setembro de 1938, pp. 161-174.

fronteiras políticas ou a definição dos limites precisos das regiões. Logo porque, nos modernos estudos de fronteira, fora abandonado o “preconceito linear” em favor do conceito “*fronteira-zona*”; isto é, unidade política não implicava, necessariamente, unidade geográfica, surgindo para os Estados complexos a necessidade das categorias de diversidade e pluralidade regionais. A exposição do académico português torna-se mais clara quando apresenta as teorias do alemão Friedrich Ratzel (1804-1904), fundador da Antropogeografia que distinguia os conceitos de espaço (*Raum*) e posição (*Lage*). Ratzel exaltava o valor político do espaço, justificando as ambições expansionistas do imperialismo germânico, que permite dividir os Estados em dois grupos: grandes (em crescimento) e pequenos (em diminuição); na sua óptica, o futuro pertenceria ao megalostatismo por via da aglutinação dos pequenos Estados; já a teoria da posição explicava a situação do Estado em relação às outras sociedades políticas. Apesar de Mendes Correia admitir as imperfeições, arbitrariedades e insuficiências das teorias ratzelianas, não se exime ao exercício de as aplicar às condições geográficas de Portugal. No tocante ao primeiro conceito, Portugal não se confinou ao rectângulo metropolitano e buscou além-mar a sua ânsia de espaço, verificando-se na história portuguesa as referidas tendências para o megalostatismo, “embora com um sentido ecuménico diferente do imperialismo de nacionalistas exaltado”³⁶. Já o conceito *Lage* lhe parece uma ideia “fecunda na apreciação do caso português” porque a “posição de Portugal é daquelas que o geógrafo alemão classifica de *independentes*, pois «se apoia, pelo menos de um lado, sobre os limites da ecúmena», sendo «difícil comprimi-la inteiramente» de encontro ao mar, pelo jôgo das forças políticas”. Mendes Correia alarga a concepção ratzeliana de simples posição perante outros Estados “à da posição na ecúmena e na terra perante a Europa e a América em geral, no extremo sudoeste europeu, em face do Atlântico”; esta “oceanidade”, a seu ver, “única no mundo”, parece-lhe essencial na história e na autonomia portuguesas, desvalorizando a busca de indícios de clivagem na fronteira luso-espanhola já que a verdadeira base geográfica duma individualidade nacional “está no que haja de próprio, de peculiar, de activo, num complexo de circunstâncias que, sem serem uniformes em todo o território, determinem, entretanto, o carácter especial, bem marcado de grande parte, da parte mais extensa ou mais importante dêsse território”. Se as teses de Ratzel se adaptavam à

³⁶ CORRÊA, A. A. Mendes – *Terra e Independência*. “Ocidente”, vol. 2, nº 5, Setembro de 1938, p. 169.

realidade nacional, outras serviam os mesmos propósitos. Por exemplo, o princípio da “coordenação ou subordinação das partes” enunciado por Vidal de la Blache; à luz deste princípio, Portugal metropolitano tinha uma unidade perfeita e o ultramarino tinha-a cada vez mais já que aumentavam visivelmente as ligações materiais e espirituais e nenhuma parcela estava artificialmente ligada à metrópole ou na iminência de separação. Segundo Mendes Correia, também a doutrina geográfica da “diferenciação” de Vallaux que defendia que essa característica propiciava a eclosão e desenvolvimento dos Estados, encontrava em Portugal um exemplo perfeito. A Reconquista cristã que iniciou o Estado autónomo orientou-se de norte para sul passando “o grandioso degrau tectónico” que separa o Portugal setentrional e o planalto alentejano e as planícies do Tejo e do Sado sem criar qualquer antinomia Norte/Sul, antes imprimindo o “cimento aglutinador”, “a fonte estimulante de solidariedade política” que caracteriza a “individualidade eterna da Nação”. Como facilmente se verifica, todas as doutrinas geográficas são interpretadas pelo académico no sentido de provar a “magnífica e sólida unidade moral” de um país sem “igual na história, na índole, na grandeza, nas perspectivas de futuro, na sua função civilizadora”³⁷.

Este último tópico é axial para compreender a representação de Portugal na revista *Ocidente*; no artigo inaugural do número comemorativo do seu 7º aniversário, a direcção assume como missão servir a Nação reabilitando as “gloriosas tradições de Povo Criador de Civilização”³⁸. Daí a sua invulnerabilidade a modas e acontecimentos circunstanciais: “*Ocidente* e suas Edições serão, enquanto viverem, documentos culturais serenos, reflectidos e essencialmente portugueses”. No aniversário anterior, Álvaro Pinto dizia que o importante era que a revista servisse “a Nação e a Cultura”³⁹. Este conceito de especificidade nacional, defendido a todo o custo, radica na simbiose dos binómios natureza e cultura, hereditariedade e espírito, na desvalorização da megalomania científica e técnica vazia de valores espirituais. Por isso, no artigo *Germe e Cultura*, Mendes Correia preconizava o fortalecimento do património hereditário a par da inculcação das sãs e “nobres virtudes” uma vez que, apesar das limitações e dificuldades de uma “acção eugénica, orientada simultaneamente pela ciência e pela moral”, não se devia renunciar

³⁷ CORRÊA, A. A. Mendes – *Terra e Independência*. “*Ocidente*”, vol. 2, nº 5, Setembro de 1938, pp. 173-174.

³⁸ “*Ocidente*”, vol. 23, nº 73, Maio de 1944, p. 5.

³⁹ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “*Ocidente*”, vol. 20, nº 61, Maio de 1943, p. 119.

a esse ideal de melhoramento da raça. Nas suas palavras, “não se deve abandonar a esperança de conseguir o avigoramento e a melhoria das gerações futuras”⁴⁰.

O panegírico de Portugal que esta revista empreende pode encontrar-se superiormente condensado numa afirmação de Mendes Correia que representa o país como um dos mais notáveis à escala mundial: “os serviços de Portugal à causa do Espírito, à Humanidade e à Civilização deveriam garantir-lhe o respeito e a gratidão universais”⁴¹.

Esta auto-estima nacional foi alimentada pelas comemorações centenárias de 1940 onde a mística da nação-império foi reforçada, como o *Ocidente* reflecte nas suas páginas. Mas a celebração do “Mundo Português” mostrava um país sózinho, apenas capaz de assumir uma relação internacional privilegiada: o Brasil. Esta é, aliás, uma das pedras angulares da revista que, por todos os meios, inclusivamente a crítica política, tenta promover o intercâmbio luso-brasileiro. Tomando como exemplo o número de Julho de 1941 vemos sucederem-se artigos como *História de Portugal e do Brasil* – um dos muitos em que se pugnava pelo ensino da história de Portugal naquele país e vice-versa –, o estudo de Jaime Cortesão intitulado *O Carácter Lusitano do Descobrimento do Brasil*, enquanto na secção *Notas e Comentários* de Álvaro Pinto pululavam notícias como o envio da embaixada portuguesa ao Brasil para agradecer a participação daquele país nas comemorações do ano anterior, a nova política ferroviária do Brasil, a visita de António Ferro a convite do D.I.P, etc. Este amplexo luso-brasileiro, reiterado, sem excepção, em todos os números do *Ocidente*, tentava esconder uma realidade que vinha ganhando força ao longo dos tempos, ou seja, a inexorável americanização do Brasil, contribuindo, nas palavras de Álvaro Pinto, para alimentar um vulto “ameaçador (...) o vertiginoso e colossal pan-americanismo”⁴².

Com efeito, paralelamente à busca da originalidade e exaltação da cultura pátria, verifica-se o constrangimento, com poucas excepções⁴³, face aos valores do internacionalismo, do cosmopolitismo, do contágio “desnacionalizador” de quaisquer outras culturas. Este tópico alia-se ao da

⁴⁰ CORRÊA, A. A. Mendes – *Germe e Cultura*. “Ocidente”, vol. 23, nº 73, Maio de 1944, pp. 6-8.

⁴¹ CORRÊA, A. A. Mendes – *O Bloco Peninsular*. “Ocidente”, vol. 19, nº 59, Março de 1943, p. 245.

⁴² PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários. Secção Brasileira do S. P. N.* “Ocidente”, vol. 17, nº 49, Maio-Agosto de 1942, p. 123.

⁴³ RÉCIO, José – *Problemas da Crítica Literária*. “Ocidente”, vol. 20, nº 61, Maio de 1943, pp. 73-78.

atualização ou acompanhamento dos tempos modernos. Uma vez mais, o pensamento de Salazar ganha foros de máxima condutora que alertava para “sendo do nosso tempo, sermos da nossa terra”. Esta expressão pertence ao discurso de 25 de Junho de 1942, parcialmente transcrito no *Ocidente* sob o título *A Defesa Moral da Nação*⁴⁴. Sublinhando os perigos da aceitação acrítica das influências do estrangeiro e acreditando que “sermos em tudo nós e não outros é a primeira condição de não de nos confundirmos”, este discurso ecoa nos artigos da revista. Exemplo disso é o estudo de Feliciano Ramos que, a propósito de temas de arte e literatura, referia-se ao século XIX como a época do sentimento de decadência nacional, afirmava que então “o estrangeiro exercia sobre os portugueses uma atracção doentia”, imperava o “servilismo intelectual em relação ao pensamento francês”, enfim, apenas se apreciavam os valores além-fronteiras. A esse abatimento oitocentista, o autor contrapunha “o sólido lusitanismo do tempo presente”, “o portugalismo estético e mental” de vários poetas do século XX, século cuja atmosfera mental servia o país e a sua existência moral⁴⁵. Também Augusto Costa versou o tema a propósito de Ramalho e das *Farpas*⁴⁶; segundo ele, das influências estrangeiras dever-se-ia incorporar no nosso património “tudo quanto possa representar acréscimo de poderio material ou valorização espiritual” e, em contrapartida, “rejeitar *in limine* tudo quanto possa diminuir, contrariar, ou modificar para pior os nossos modos de ser, de sentir e de viver”. Assim, entendia que os refugiados de guerra não haviam influenciado a personalidade de uma nação com oito séculos mas haviam deixado alguns sinais negativos, como as esplanadas com refrescos ou, pior, “andarem as senhoras sem meias e os homens em mangas de camisa em plena via pública”. Contra a “brotoeja do cosmopolitismo” que assaltava tudo, das modas à arquitectura, Augusto Costa apelava:

“Sejamos modernos, sim; mas ser «moderno» não obriga a deixar de ser «português». Sejamos civilizados, sim; mas ser «civilizado» não implica o repúdio da nossa civilização. Sejamos homens do nosso tempo, sim; mas sermos do nosso tempo não impõe que andemos à procura de «pátrias espirituais», fora da nossa Pátria”.

⁴⁴ *A Defesa Moral da Nação*. “Ocidente”, vol. 17, nº 51, Julho de 1942, pp. 450-452.

⁴⁵ RAMOS, Feliciano – *Eugénio de Castro e a Poesia Nova. As “Palavras Loucas” de Alberto Oliveira e a valorização de Portugal*. “Ocidente”, vol. 17, nº 52, Agosto de 1942, pp. 465-480.

⁴⁶ COSTA, Augusto – *Viagem à volta das “Farpas” I*. “Ocidente”, vol. 24, nº 80, Dezembro de 1944, pp. 393-398. A segunda e terceiras partes deste artigo que reitera o tema das más influências estrangeiras encontra-se em “Ocidente”, vol. 29, nº 97, Maio de 1946, pp. 25-31 e vol. 30, nº 103, Novembro de 1946, pp. 116-120.

Mas se estes discursos se localizam no seio do caos da guerra, quando os meios de comunicação se multiplicavam e tornavam mais eficazes na difusão da informação, a questão da manutenção da personalidade cultural da Nação não era novidade no *Ocidente*. Tome-se, como exemplo, a sua campanha cerrada contra o fado, que não aceitava sequer como canção lisboeta quanto mais como canção nacional, atribuindo-lhe uma origem afro-brasileira e criticando a Emissora Nacional por difundir tal “negroide torpeza” e “nauseabundos discos”⁴⁷.

3. Imperialismo colonial: Portugal e a difusão da cultura ocidental

A África pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa. Este título de um texto do Engenheiro António Vicente Ferreira que o *Ocidente* publicou em Fevereiro de 1939 sintetiza a visão da revista no tocante ao relacionamento entre o velho continente e a África. É aqui assumido o pensamento de Eugénio d’Ors que substitui o conceito geográfico e estático de continente por um conceito cultural, essencialmente dinâmico; assim, “os limites dos continentes variam, em cada época, com o avanço ou recuo da área de expansão de uma dada cultura”⁴⁸. Na opinião do autor, a Europa sempre exerceu acentuado domínio em África e nunca ocorreu o inverso; isto porque, à excepção do Egipto, os povos quer da África latina (do Norte) quer da África Negra “parecem atavicamente incapazes de criar uma civilização própria ou de assimilar, profundamente, as que receberam, no decorrer dos séculos, dos dominadores estrangeiros”. Esta situação não impediu que tivessem conservado vestígios desses ensinamentos mas, concretamente, uma influência terá sido particularmente perniciosa: “O islamismo, que rapidamente se difundiu entre estes povos, estabilizou, – esterilizando-as –, as suas faculdades criadoras, se algumas possuem”⁴⁹. As conclusões de Vicente Ferreira ressaltam em afirmações deste teor:

“A Europa criou a África moderna e legitimamente a possui.”

⁴⁷ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 14, nº 39, Julho de 1941, p. 158; Vol. 15, nº 44, Dezembro de 1941, p. 468, e outros.

⁴⁸ FERREIRA, António Vicente – *Ideas Modernas da Colonização Portuguesa. A África pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa*. “Ocidente”, vol. 4, nº 10, Fevereiro de 1939, p. 193.

⁴⁹ FERREIRA, António Vicente – *Ideas Modernas da Colonização Portuguesa. A África pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa*. “Ocidente”, vol. 4, nº 10, Fevereiro de 1939, p. 195.

“Só a Europa, portanto, tem desbravado e civilizado a África; só a Europa tem direito de possuí-la!”

“Por minha parte, entendo que os mesmos justos motivos que valem para a Europa, em conjunto, devem valer, com mais forte razão, para cada uma das nações, que, pelo seu próprio esforço, descobriram, conquistaram e civilizaram qualquer porção de África!”⁵⁰

Acontece que o Engenheiro António Vicente Ferreira foi o representante português ao 8º *Convegno Volta* (organizado em 1938 pela Fundação Alexandre Volta, anexa à Real Academia de Itália, fundada em 1926) que na sessão de abertura falou em nome dos congressistas estrangeiros; o sucesso dessa participação valeu-lhe um convite do Instituto de Cultura Italiana para proferir uma conferência em 9 de Janeiro de 1939. Aquele instituto cedeu o texto ao *Ocidente* que publicou este artigo constituído por dois capítulos da referida palestra. Não surpreende, pois, que este estudo remeta para as teses apresentadas no dito *Convegno*, resumidas nas cinco proposições seguintes:

- 1ª A África constitui uma dependência geográfica, cultural e económica da Europa; logo, a África pertence aos europeus.
- 2ª A Europa necessita encontrar em África territórios adaptados ou adaptáveis ao estabelecimento de famílias europeias, para neles fixar o excedente da sua população.
- 3ª A colonização europeia deve ser orientada de modo a atenuar, na medida do possível, a crise do contacto das raças, que pode levar ou a lutas de nacionalismos e religiões ou à extinção das raças indígenas.
- 4ª A ocupação e civilização da África só poderão efectuar-se mediante a colaboração de todos os povos europeus.
- 5ª O progresso e a defesa da civilização europeia, em África, são motivos de solidariedade da Europa perante o resto do Mundo.

Não obstante o teor destas proposições, o Engenheiro Vicente Ferreira fez questão de apontar que os trabalhos apresentados ao congresso pelos ingleses e franceses preocupavam-se, sobretudo, com a adaptação dos indivíduos aos trópicos e utilização de populações não europeias para povoamento de certas colónias da África tropical; só os italianos, alemães, portugueses e holandeses trataram o problema do povoamento europeu,

⁵⁰ FERREIRA, António Vicente – *Ideias Modernas da Colonização Portuguesa. A África pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa.* “Ocidente”, vol. 4, nº 10, Fevereiro de 1939, pp. 196-197.

no sentido de “aclimação ou enraizamento da raça branca nos países tropicais”, mas aqueles últimos apresentaram estudos de “casos acidentais” nas Índias neerlandesas, sem traduzir a “preocupação político-social de transplantar para aquelas ilhas uma parte da população metropolitana”. Assim, o autor conclui que este objectivo específico estava sendo alvo de investigações mais aprofundada fundamentalmente em três países:

“Na verdade, só os italianos, os alemães e os portugueses, – ao que se me afigura –, demonstraram, nos trabalhos apresentados, a preocupação efectiva de encontrarem em África lugares favoráveis para o estabelecimento perpétuo de famílias europeias, das respectivas nacionalidades. Das causas finais destas preocupações nada direi, por óbvias razões”⁵¹.

Estas afirmações sugerem dois aspectos marcantes e que estão sempre presentes, de uma forma mais ou menos explícita, nas páginas do *Ocidente*: por um lado, uma afinidade tácita luso-italo-germânica de ideias e interesses; por outro, a transferência de portugueses para as colónias surgia como panaceia para todos os males, constituindo a exortação à emigração para as colónias um tema estrutural. É com esta mesma apologia que termina outra palestra publicada meses depois no *Ocidente*; o seu autor é o açoriano João Bernardo de Oliveira Rodrigues, o título *Uma Lição de História. Colonização Portuguesa*⁵² e foi proferida no Liceu Antero de Quental, em S. Miguel, no âmbito da reforma do ensino liceal que previa a realização de palestras sobre o império colonial português. Oliveira Rodrigues elogia esta política de renovação espiritual que visava integrar os Portugueses na consciência do que foram, eram e podiam ser no futuro, através da campanha de vivificação do espírito colonial promovida pelo Governo em colaboração com a Sociedade de Geografia de Lisboa e outras instituições, sendo ainda de assinalar iniciativas relevantes como as Semanas das Colónias, a Exposição Colonial do Porto, a Exposição da Expansão Portuguesa no Mundo, o cruzeiro de férias às colónias, etc. Como dizia o autor, assim se tinha “revelado ao interesse do Portugal Europeu o verdadeiro Portugal Ultramarino”. E para esta revelação, entendeu o autor escolher o tema da construção portuguesa do Brasil que demonstrava a “maravilhosa intuição colonizadora do nosso povo”, assentando essas extraordinárias faculdades civilizadoras no trabalho,

⁵¹ FERREIRA, António Vicente – *Ideias Modernas da Colonização Portuguesa. A África pertence aos europeus; ela é o complemento natural, económico e político da Europa.* “Ocidente”, vol. 4, nº 10, Fevereiro de 1939, p. 198.

⁵² RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira – *Uma Lição de História. Colonização Portuguesa.* “Ocidente”, vol. 7, nº 17, Setembro de 1939, pp. 84-93.

na resignação, na sobriedade e na facilidade de adaptação aos diversos meios. Estas qualidades aliaram-se a uma ciência e a um método notáveis que permitiram imprimir nos diferentes pontos do império marcas profundas da metrópole.

Em complemento, este texto pretende ainda explicar os dois grandes estímulos à gesta expansionista:

“Se é certo que, entre os determinantes da nossa expansão ultramarina figura, como mais forte imperativo, a ânsia generosa de salvar a civilização europeia da ameaça do perigo islâmico, não é menos verdadeiro que a êsse pensamento sempre andou anexa a idea imperialista de reunir a Portugal os povos pagãos, por meio da fôrça espiritual de uma civilização que assenta sôbre a moral mais pura e mais bela por que se tem guiado a Humanidade – a moral de Cristo”⁵³.

Como se vê, o imperativo é a dilatação da Fé e do Império ou, actualizando o binómio para a terminologia estadonovista, Deus e Pátria. Outro texto marcante sobre matéria ultramarina e que segue os mesmos princípios é o discurso inaugural da Semana das Colónias proferido por Artur Ribeiro Lopes na Sociedade de Geografia, em Maio de 1942, sob o título *Actualidade e Presença de Portugal*⁵⁴. Após algumas notas prévias em que considerava as guerras coloniais como as grandes guerras construtivas “sob o ponto de vista da civilização” e atribuía aos governos que visavam a assimilação dos indígenas “uma função suprêmatamente europeia”, o orador evidenciava a inconfundível característica da alma colectiva portuguesa. Apesar de não constituir uma forte unidade biológica, isto é, uma raça, ressalta o seu ideal cristão e, em consequência, um especial equilíbrio entre sangue e espírito que fez dos portugueses um povo diferente dos demais europeus: na idade média não praticou crimes e atrocidades antes virtudes e recolhimento; praticou o absolutismo sem despotismos sanguinários e o liberalismo sem ditaduras materialistas. Ciente de que “cada época procura arrancar da história as lições que convêm ao triunfo das suas concepções e da sua ordem política e social”, considera que é perfeitamente humano e oportuno que os portugueses queiram “extrair da história uma grande lição de energia”. Assim, encara a projecção da unidade nacional em três

⁵³ RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira – *Uma Lição de História. Colonização Portuguesa*. “Ocidente”, vol. 7, nº 17, Setembro de 1939, p. 85.

⁵⁴ LOPES, Artur Ribeiro – *Actualidade e Presença de Portugal*. “Ocidente”, vol. 17, nº 50, Julho de 1942, pp. 225-239.

cenários distintos: a Índia, o Brasil e a África. Em relação à primeira o principal foi atingi-la e organizar as grandes rotas comerciais da economia moderna; lá foram lançados um “grande construtor de impérios (...) um tipo superior do conquistador e do estadista colonial” além de um santo português que, “seguindo o rasto ensanguentado da espada dos conquistadores” foi pregando a bondade, a paz e o amor. E não via qualquer incompatibilidade entre religião e economia porque a grande característica das descobertas e colonização portuguesas consistia no facto de elas terem sido sempre presididas pela “autoridade inviolável do Estado”. Portugal fazia então “a história do mundo”, dando segurança às relações entre Ocidente e Oriente. No Brasil, o essencial foi organizá-lo, constituindo “o objecto duma grandiosa e prática concepção imperial”; era necessário povoar e os portugueses começaram por uma “colonização de sangue”. E esta construção do Brasil que lhe conferiu uma “imortalidade comum” – uma religião, uma língua, uma história, uma ideia nacional e uma ideia de Estado – retardou, necessariamente a acção civilizadora em África. Mas se essa era mais recente, o autor considerava que era moralmente superior à generalidade das europeias, isto é, conduzida não pelo individualismo criminoso e capitalista mas pelo Estado que respeitava os indígenas e só os punia em rebeliões contra a bandeira portuguesa. E, a breve trecho, a África converter-se-ia no “grande campo de demonstração da vitalidade nacional”, já porque, de três em três gerações, a Europa aniquilava-se a si própria, interceptando o ritmo progressivo da vida portuguesa. Novamente Portugal vivia um “ciclo de grandes construções”, combinando os ingredientes necessários: um chefe de Governo que era uma das grandes revelações da Europa contemporânea, organização do trabalho, jovens gerações aptas para os diversos géneros de actividade, directores técnicos e espirituais, enfim, equilíbrio entre a matéria e o espírito.

Outra palestra da Semana das Colónias aqui referida em 1943 é a do capitão Dimas Aguiar, intitulada *África: destino europeu* onde o autor defendia que nenhuma das duas coligações que disputavam a hegemonia mundial conduziriam a uma política de colaboração internacional pelo que a África era a garantia da existência de Portugal como nação livre, devendo este continuar o seu caminho de grandeza imperial pois não era impossível fazer da portentosa África portuguesa um segundo Brasil⁵⁵.

⁵⁵ AGUIAR, Capitão Dimas – *África: destino europeu*. “Ocidente”, vol. 20, nº 62, Junho de 1943, p. 24.

No mês seguinte, com uma notícia intitulada *Unidade Espiritual*, Álvaro Pinto evocava as duas viagens de Carmona ao ultramar lembrando a “necessidade de educar a mocidade no *sentido africano*” já que essa era a “nova Terra de Promissão da raça Portuguesa”⁵⁶.

Todavia, o colonialismo moderno pressupunha a revisão de algumas medidas e colocava novas necessidades. No artigo *Raça e Continuidade Histórica*, Mendes Correia expunha a falibilidade da teoria da assimilação por via dos cruzamentos étnicos defendida por Afonso de Albuquerque, evocando, por um lado, os exemplos inglês, francês e italiano que representavam colonizações de sucesso assentes na heterogeneidade racial e, por outro, as leis da hereditariedade de Mendel que alertavam para os perigos da miscigenação. O académico circunscrevia o povoamento mestiço aos lugares de difícil aclimação europeia e excluía em todas e quaisquer outras condições o mestiçamento, reputando-o de perigoso à soberania portuguesa e contrário à continuidade histórica de Portugal:

“O mestiçamento indefinido e generalizado traria fatalmente o abastardamento do nosso património germinal, poria em risco a continuidade da existência e do papel histórico do *povo português*”⁵⁷.

Este “povo português” que o autor refere em itálico parece desdobrado em dois tipos: um, exclusivamente europeu que deve manter-se como tal e por isso subordinar; outro, gerado nas colónias, credor de alguma benevolência mas que não deve multiplicar-se nem valorizar-se, apenas subordinar-se:

“Este modo de ver não exclue medidas de protecção e simpatia para com os mestiços portugueses. Têm sangue português, são seres humanos. Têm direito a essa protecção e simpatia. Mas, abrindo-lhes tôdas as possibilidades de êxito na vida social, tratando-os humana e fraternalmente, não lhe devemos facultar postos superiores da política geral do país, de orientadores ou condutores da nossa evolução. Se queremos, como é racional, manter, nas suas virtualidades mais profundas, a continuidade da Nação, da nossa história, dos nossos destinos”⁵⁸.

A preocupação da conservação do império colonial está, com efeito, sempre presente. A abertura do número de Maio de 1946 apresenta este título sugestivo: *Angola é Portugal e Portugal não se vende*. O motivo de

⁵⁶ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 20, nº 63, Julho de 1943, p. 337-338.

⁵⁷ CORRÊA, A. A. Mendes – *Raça e Continuidade Histórica*. “Ocidente”, vol. 9, nº 25, Maio de 1940, p. 165.

⁵⁸ CORRÊA, A. A. Mendes – *Raça e Continuidade Histórica*. “Ocidente”, vol. 9, nº 25, Maio de 1940, p. 165.

tal exaltação prendia-se com um “estranho telegrama” anunciando que dois chefes judeus pretendiam criar o seu Estado em territórios africanos sob tutela belga e portuguesa. Num pano de fundo de indisfarçável anti-semitismo, vocifera-se contra a cupidez em relação a Angola, “a jóia mais bela da nossa História Colonial, o produto florescente e portentoso de cinco séculos de lutas, heroísmos e esperanças, e que há-de ser em futuro próximo o nosso segundo Brasil”; o território angolano era ainda descrito como “um compêndio vivo das mais puras devoções patrióticas e o padrão mais solene da nossa capacidade colonizadora”⁵⁹.

Este registo sistematicamente inflamado na abordagem da questão imperial, títulos eloquentes como – *O portuguesismo perfeito do império*⁶⁰ – a par de artigos frequentes sobre a história colonial e seus heróis, reflecte a perfeita sintonia entre a revista e a “mística imperial” fomentada pelo Estado Novo⁶¹, fazendo lembrar as palavras de George Ball, o subsecretário de Estado de Kennedy que nos anos 60 veio conversar com o chefe do governo sobre a descolonização gradual dos territórios portugueses. Como afirmou posteriormente nas suas memórias, Portugal parecia ser governado por um “triumvirato, composto por Vasco da Gama, o Infante D. Henrique e Salazar”⁶².

4. Notas Finais

No fim da guerra, o *Ocidente* não se manifesta particularmente exultante a não ser com Portugal, “honradamente neutro desde a primeira hora”, de “conduta rectilínea e cristalina” e com o seu regime que, ao longo de dezassete anos, atingiu um brio e abnegação apenas comparáveis “aos feitos de quinhentos”; nesta lógica, Álvaro Pinto não poupa elogios ao responsável:

“Oliveira Salazar, Mestre excelso de virtudes cívicas, o iluminado condutor do Povo Português à nova Terra da Promissão”⁶³.

⁵⁹ *Angola é Portugal e Portugal não se vende*. “*Ocidente*”, vol. 29, nº 100, Agosto de 1946, p. 217.

⁶⁰ MÚRIAS, Manuel – *O portuguesismo perfeito do império*. “*Ocidente*”, vol. 3, nº 7, Novembro de 1938, p. 16.

⁶¹ SILVA, Rui Ferreira da – *Sob o Signo do Império* in “Nova História de Portugal”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 12, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, pp. 355-387.

⁶² RÓDRIGUES, Luís Nuno – *George Ball em Lisboa, 1963*. “*História*”, Ano XXV, 3ª série, nº 61, Nov. 2003, pp. 22-27.

⁶³ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “*Ocidente*”, vol. 25, nº 84, Abril de 1945, pp. 60-61.

Mas se durante a guerra Portugal é representado como um país que vive em felicidade⁶⁴, é justamente no pós-guerra que, sobretudo a secção “Notas e Comentários” de Álvaro Pinto, reflecte um país a sofrer as maiores tormentas e padecimentos. São constantes as referências à carestia de alimentos e medicamentos, ao descarado aumento do mercado negro, à anarquia dos transportes, ao desequilíbrio dos orçamentos das famílias mais desfavorecidas, à especulação imobiliária, à falta de habitação, ao mau funcionamento geral dos serviços públicos e municipais; isto a par da cupidez do ouro e do surgimento de fortunas meteóricas provenientes do volfrâmio e do mercado negro. É diagnosticada uma crise moral e mental, que degradava sobretudo a geração mais jovem, provocada pelo contágio da “imoralidade dos costumes internacionais” e conseqüente “culto do reles e da pornografia” de que eram sintomas a proliferação de casinos e *dancings*, a utilização frequente da linguagem de calão, as “indecências que se exibem nos cinemas e nos teatros”, o atrevimento das revistas e jornais que se enchem de “gravuras indecentes” e “nuezas e cruizas de toda a espécie”, os cartazes escandalosos que se afixam à porta dos cinemas, a perversidade da moda feminina e seus excessos de *maquillage*. A responsabilidade do alastramento da “desvergonha” e impudor é atribuída aos exilados e, sobretudo, às “exiladas”.

Neste país “onde o escândalo já não escandaliza”, o *Occidente* repetia os apelos à emigração para África. É apontado como exemplo o estudo do subsecretário das colónias, Engenheiro Rui de Sá Carneiro, que previa uma nova aliança, *A Europa e a África de mãos dadas* que permitisse “ao velho Continente prosseguir suas glórias de último reduto de uma Civilização imortal”. Num momento desesperado, toda a Europa livre precisava de dar as mãos ao continente das “mil riquezas ocultas” e Portugal, que sabia há vários séculos o que era colonizar e civilizar regiões africanas seria chamado e voltaria a ser “um dos Povos dirigentes da Civilização”. Mas Álvaro Pinto sonhava mais alto e, a par desta associação euro-africana, aspirava a uma união económica com os países da América latina podendo o coração desta comunidade de interesses ser formado pelo Brasil, Portugal e seus territórios africanos. Decididamente, mesmo após a 2ª guerra, Portugal não se viraria para a Europa e, uma vez mais, projectava-se mais ou menos utopicamente, além Atlântico⁶⁵.

⁶⁴ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Occidente”, vol. 12, nº 33, Janeiro de 1941, p. 159.

⁶⁵ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Occidente”, vol. 35, nº 123, Julho de 1948, pp. 49-53.

Quanto à nova ordem internacional, encontra-se no *Ocidente* a expressão “Ai dos vencedores!” que pretendia evidenciar os obstáculos à construção da paz, o clima de ódio, suspeição e rancor dos antigos associados, o alastramento do desânimo e da revolta, a irrupção de conflitos nos diversos pontos do planeta. E vislumbra-se nas suas páginas a emergência da guerra fria; se em 1939 o espectro era Berlim, “hoje, o espectro é Moscovo”⁶⁶. No rescaldo da guerra, os “bárbaros de Leste”, “a grande Fera comunista” surge como o perigo maior num momento em que a organização das Nações Unidas se debatia em dúvidas e dificuldades. Em Portugal surgia também o tema da crise ou mesmo da agonia da Europa, como João Ameal deixou expresso na obra *Europa e os seus Fantasmas*, perorando sobre um continente cada vez mais pequeno, entalado entre a Ásia gigantesca e a América pletórica de energias, apenas espiritualmente forte e credor de todos os homens porque produzira os “três fundamentos da Ordem humana integral”: uma Filosofia, um Direito, uma Teologia⁶⁷.

Como se pôde constatar, esta revista privilegia a dialéctica Portugal/Civilização Ocidental em detrimento do binómio Portugal/Europa, realçando o compromisso com os valores ocidentais em detrimento da concordância com as políticas europeias. Esses valores que considerava autênticos informavam a orientação ideológica do Estado Novo, autoritária, nacionalista, colonial, anticosmopolita e isolacionista.

⁶⁶ PINTO, Álvaro – *Notas e Comentários*. “Ocidente”, vol. 32, nº 109, Maio de 1947, p. 52.

⁶⁷ AMEAL, João – *Europa e seus Fantasmas*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1945.

